

# Brasil século XXI: juventude, conhecimento e academia

Rodrigo Oliveira de Lima\*

---

## Resumo

Este artigo é sobre a situação dos jovens universitários brasileiros no ensino superior, público e privado na fronteira do novo século. Para tanto, alguns dados e demonstrativos obtidos na Organização das Nações Unidas foram utilizados para verificar como os jovens da região do Mercosul têm sido considerados e apresentados nos quadros de formação superior de educação, e em suas projeções e cenários para as próximas décadas. A situação dos jovens brasileiros para o próximo governo mira-se na sua importância, principais avanços e em algumas metas e ações.

**Palavras-chave:** academia; juventude; política; mobilização; educação.

## Abstract

This article is on the situation of the young Brazilian colleges student in superior, public and private education in the border of the new century. For in such a way, some data and demonstratives gotten in the Organization of had been United Nations used to verify with the young of the region of the Mercosul if have been considered and presented in the pictures of superior formation of education, and in its projections and scenes for the next decades. The situation of the young Brazilians for the next government is looked at oneself in the mirror in its importance, main advances and in some goals and action.

**Keywords:** academic; education; university; young people; politics and mobilization.

---

\* Doutorando - Ciências Sociais (Relações Internacionais) PUCSP. E-mail: rodrigohist@hotmail.com

É notável observar que em boa medida, a juventude em escala mundial, mesmo nas especificidades de seus países, se mostra notadamente contrária e, por vezes, indiferente à academia como instrumento de leitura da realidade. Cada vez mais, a juventude interconectada pelas redes de relacionamento sociovirtual despeja continuamente os relatórios de suas vidas em narrativas progressivamente curtas e velozes, na instantaneidade de 140 caracteres: conflitos, confrontos e suas resistências que consistem em mostrar à realidade, sua notória relação de divergência, incongruência e até apatia. Temos cálculos bastante razoáveis em relatórios qualitativos e quantitativamente expostos, em temas, assuntos e temas que atraem os jovens em suas defesas de dissertação e tese; optam, maiormente em demonstrar o seu grau, por vezes ampliado, de descontentamento com a vida real, preferindo: distanciar-se dela e, sobretudo recrudescer análises comparativas e combinatórias aversivas à práxis consideravelmente nas Universidades de público jovem de classes A e B.

Pode haver um problema residindo, justamente, em uma tábula rasa que faz a juventude indistintamente ser unívoca e homogênea. O ser, ter, viver no consumo de padrões, artigos, produtos e conhecimentos desconexos e por vezes não instrumentais à sua vida e no cotidiano que vive, ainda não implicam, necessariamente, em um problema social ou de classes como trataria o materialismo histórico. A juventude do novo milênio tem, em dados positivos, uma realidade transformada e processada de um século XX, de uma geração anterior, sumamente marcada por duas grandes guerras, e outros conflitos, que marcaram toda essa geração: em tradutores de uma realidade, preocupada com a dialética, e assim, menos endurecida em planos, aí já decodificados, nas suas intenções por posse e controle de poder. Dessa forma, os ambientes de conhecimento, como as Universidades, tiveram de fomentar/contar com a formação de profissionais que lessem o século XIX, para interpretar e auxiliar os seus contemporâneos a encontrarem saídas àquela permanente escalada, busca e manutenção por controle e poder que se assistiu na Guerra Fria. Entretanto, vemos alguns reveses. E, o século XXI tenta ler o século anterior, ainda sem muitos avanços. Certamente, podendo-se caracterizar analogamente, ao “Mal-Estar da Civilização” em sua Psi-Lógica, Lógica da Loucura, como tratou S. Freud no início do século XX, e que parece estar atualizadamente com os jovens do século XXI.

A virada para o terceiro milênio mostrou que o desenvolvimento econômico internacional, baseado na austeridade fiscal, aumento de juros

de médio e longo prazo, controle de inflação via liberalização de juros de curto prazo para os mercados produtores e indutores de crédito, dentre alguns instrumentos típicos de planejamento econômico: tomaram cenário, projeção e a tônica das relações internacionais, políticas, econômicas e financeiras, possibilitando o incremento de diversos empreendimentos empresariais, inclusive na área da educação; que por sua vez possibilitou esse encontro entre jovens das mais diversas classes sociais em um ambiente comum: o ensino. No Brasil, – no governo Fernando Henrique Cardoso – temos alguns indicadores mais expressivos dessa liberalização do Estado de compromissos em maiores orçamentos, gestão e criação de políticas públicas para a Educação. Pois, tal desenvolvimento inseriu jovens no ensino superior privado, geralmente advindos de classes sociais e que passaram a se interligar aos jovens classes A e B das principais Universidades, na posição de alunos. Surgiu uma “espiral educacional” conectando todas as classes por meio do ensino que é praticado nas Universidades, Centros Universitários e demais Faculdades particulares.

No Brasil, a sua juventude da base social, pode endossar tal tese, em suas especificidades nos grandes centros urbanos, notoriamente problemática em frentes: a relação trabalho-emprego em que estes jovens permanecem nos bolsões recônditos das cidades em que nas classes E, D, C se processam e se misturam a difíceis Índices de Desenvolvimento Humano, dentro da ordem dos septuagésimos do *ranking* mundial, e, que por sua vez demonstra uma produção de relação-trabalho em que tal juventude é chamada a operar conhecimentos que se acoplem tanto a supressão de tais dificuldades, como também se ligam às ofertas de produção de mercado, e que vêm se demonstrando atuantes, nas corporações e mercados de telefonia – *telemarketing* – que absorvem essa mão de obra. Com a oferta de treinamento profissional de rápida formação, que visa cobrir o déficit educacional, esse mercado de trabalho, inerentemente, se liga a privatização da educação superior que passa a tomar-se em suporte, anexo, e apêndice desse ambiente de trabalho. Entretanto, permanecer distante do centro decisório de criação, produção e confecção de padrões de consumo, típicos dos jovens de classes A e B: pode marcar indelevelmente uma juventude de classes mais baixas, quando o provimento de educação e de trabalho se torna incompatível às tais estruturas, que se aperfeiçoa e se desenvolve nos ambientes de suprema tecnologia. O mote da questão é: a juventude de base social, além consumir os relacionamentos sociais, trabalho e de educação virtual, foi

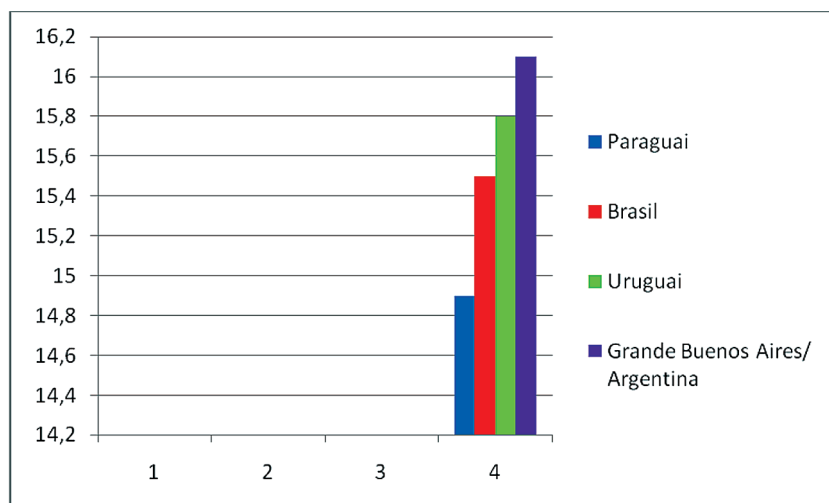
chamada a contribuir para o desenvolvimento de suas necessidades na vida política real.

A construção por esses jovens de estruturas que permitam acesso a melhores condições e qualidade de ensino se tornou factível dentre a multiplicidade das determinações econômico-sociais. Assevera-se que o capital humano obtido com o desenvolvimento econômico possa ser preservado qualitativamente e permanentemente na formação desses jovens e da geração do novo milênio que vem aí.

Novamente, a questão é: ainda pode haver permanentemente mobilização por melhores condições de desenvolvimento humano nesta nova geração do século XXI no Brasil? Ainda é possível falar em formação consciente de representação nacional, em uma juventude ingressada em realidade econômico-financeira nova? Ainda é possível falar em educação socio-ialética? A história pode se repetir, ou da segunda vez, tende de ser realmente como farsa? - como postulou Karl Marx.

A juventude brasileira, no governo Lula, conquistou uma modalidade de inserção social menos vulnerável aos abalos econômicos, seja nacional ou internacional, ou mesmo: de interrupção de efetivos esforços em prol dessa juventude em políticas de governo e políticas públicas.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) registrou no primeiro semestre de 2010, em dados sobre a situação social dos jovens, entre 15 e 29 anos, nos países do Mercosul: uma redução da chamada “Inclusão Desfavorável: pobreza transitória” em que o Brasil aparece na segunda posição perdendo apenas para o Uruguai, entre os países que menos expõe seus jovens à situação de vulnerabilidade econômico-social.



Fonte: elaborado a partir de dados do PNUD.

Tais números devem ser lidos complementarmente as demais estruturas sociais, como saúde, trabalho, renda e educação. E nessa última, temos alguns claros sinais de que a desaceleração da economia brasileira, como poder ser vista nos últimos meses do primeiro semestre de 2010, com seus consequentes cortes em orçamento para o próximo governo, elevação das taxas de juros pela Comissão de Política Monetária (Copom) com vistas à supressão de consumo, finanças e créditos: pode se tonar indutora de uma possível crise nos quadros de formação de nível superior.

Segundo dados publicados no jornal *O Estado de S.Paulo*, de 18/5/2010, tem havido um crescimento no número de evasão de faculdades privadas, no estado de São Paulo, proporcionalmente nos últimos semestres e mais acentuadamente nos últimos meses do governo Lula. Concomitantemente, e neste período, temos ainda no PNUD, um registro sobre a realidade dos estudantes de nível superior, onde lemos que: “Enquanto ao ciclo de terceiro grau, a maior porcentagem de jovens que conseguem completar, se verifica na Argentina. Mesmo assim, só um em cada oito jovens de 25 a 29 anos completa o ciclo terciário. No Paraguai, apenas um em cada onze conseguem se formar”.

Certamente, o desenvolvimento econômico que o mundo assistiu durante a última década, tem precipitado e demonstrado que há logo à vista, uma supressão de setores da economia que fomentem investimentos para o desenvolvimento de crescimento real, para dar lugar a dois grandes vícios político-econômicos: ou a liberalização de fluxos capitais financeiros que não se ligam, ao sistema financeiro internacional, com consequências nefastas ao surgimento de uma “rapinagem” internacional por dinheiro em curto prazo: ou o recrudescimento nacional em optar pelo controle do Estado em relação aos seus gastos e orçamentos, dando xenofobia ao desenvolvimento posto em marcha.

O cerco às despesas dos Estados, com rígidos cortes nos orçamentos, em funcionalismo público – alvo de precisas austeridades – concomitantemente às demais despesas que se liguem socialmente ao desenvolvimento fortemente nacionalista: tem sido recorrente, sobretudo nos países europeus, que passaram a acumular graves problemas financeiros.

Vemos paulatinamente, partidos de direita e os governos dessa formação, crescer pelo mundo, bem como pode ser visto no Chile; em Honduras; Colômbia; na ascensão do governo Conservador da Inglaterra; na fortificação político-estratégica de Israel; na contenção, corte e

sanções fiscais aplicados à economia da Grécia e dos demais países da União Europeia.

O Brasil, em meio a esse cenário, é convidado, em relatório da Comissão Econômica Para América Latina (CEPAL), a voltar-se para os Investimentos Estrangeiros Diretos (IED), em ritmo ascensional, da casa dos 10%; como forma, meio e caminho de devolver, ou “redesenvolver” as perdas ocorridas na crise financeira de 2008 e seguir qualificando *ipso facto* a promoção do capital investidor no Brasil.

O Brasil constituiu/formou uma nova classe média que ainda busca manter-se dentre essa linha tênue de índices sociais tanto mais favoráveis. O crescimento econômico dos anos 50 até os anos 80; a crise e a década perdida nos anos 80; a estabilização dos anos 90 e o desenvolvimento equilibrado com maior distribuição de renda nos anos 2000: é um momento novo para o país que pode seguir acumulando desenvolvimento e aprimorando capital humano gerado, gestado e conseguido com este acesso econômico-financeiro da última década.

Terminando a lista de dados, segundo o Ministro da Educação Fernando Haddad, no governo Lula, mais de quatro milhões de jovens estão na educação de nível superior no Brasil, entretanto, apenas 11% entre a idade de 18 a 24 anos são plenamente atendidos/regularmente matriculados. Com o lançamento do Programa Nacional de Universidade Para Todos (ProUni) o governo Lula buscou elevar essa taxa para 30% até 2011 em instituições privadas. Incluindo jovens que estariam sendo atendidos no ensino privado. Para tanto, esse programa de incentivo e fomento de educação para os jovens brasileiros teria o compromisso de atendê-los financeiramente, tendo vista a sua permanência e formação neste nível superior; e, que já contabilizaria cerca de 750 mil estudantes contemplados por tal financiamento desde a sua criação (Ministério da Educação).

Há no cômputo geral desses dados alguns indicadores importantes sobre a formação de uma juventude que, dentre alguns anos, estarão diante do compromisso educacional de uma nova realidade não apenas econômico-social, mas socioeducacional.

Bem como a teoria da bicicleta, conhecida nos fóruns sobre desenvolvimento, que consiste em não interromper a marcha contínua sob o risco de cair: os esforços precisam e devem manter-se em constante ritmo. Não poderíamos incorrer em uma precipitação com de desníveis ou mesmo de crises no quadro de profissionais, empreendedores, e as

demais formações necessárias para a educação do país. É esperada a devida manutenção de crescimento em médio e longo prazo. É preciso salientar que o compromisso dos governos com políticas públicas no Brasil, na educação, não somente é produto de uma concatenação de objetivos de desenvolvimento em diversos setores da economia do país, mas de todo modo, indispensável a uma agenda que vise um crescimento em IDH que dignifique os brasileiros pelo trabalho e educação e não pelo assistencialismo e caridade de Estado.

Academicamente, as universidades possuem o instrumento tanto mais preciso no auxílio da formação desses jovens de classes A à D que transitam em seus corredores em prol e busca de discussões, foros e debates públicos no fomento de propostas que possam auxiliar mobilizar e viabilizar o “pronto-atendimento” educacional. Certamente, as universidades possuem o privilégio de ter autonomia não só em relação às políticas públicas educacionais implantadas pelos governos, mas também o privilégio de estar em uma zona mais autônoma dos comprometimentos políticos dos governos vigentes, o que possibilita mais trânsito nos desafios reais da educação superior no Brasil.

Nesse sentido, sugerimos alguns apontamentos que complementarmente aos esforços do governo Lula, bem poderiam ser somatizados e discutidos junto à comunidade acadêmica, em duas frentes que cercam o jovem brasileiro universitário, a saber: o trabalho, a educação e mobilização política:

- em especial, o jovem que se encontra no ensino superior privado, nos grandes centros urbanos, de origem social, tem em comum: uma representação sindical, representações de classe, bem como sindicatos específicos das categorias e ambientes de trabalho que se mostram, invariavelmente em prol e ao benefício conveniado de planos particulares de saúde, educação de entretenimento e lazer. Complementarmente poderiam ser fomentados o atendimento e estímulos das necessidades de ensino através da ampliação dos debates que vise inserir tais jovens permanentemente como profissionais de pesquisas juntos às Universidades e assistidos por instituições de Ciência e Tecnologia ainda em ambiente de graduação e/ou tecnologia ainda em ambiente sindical. A organização estudantil em posicionamentos e direcionamentos mais precisos na e da realidade em que estão inseridas é um real instrumento, por melhores e mais factíveis transformações de educação e trabalho;

• as Organizações Não-Governamentais (ONGs) têm premente em suas estruturas de ensino, a benesse de estarem mais próximas das classes sociais, cobrindo todo território nacional e com acesso mais abrangente aos financiamentos estatais e de governos. Nesse sentido as ONGs poderiam ser mobilizadas para o ensino superior, sendo preparadas para o ambiente universitário de largo alcance. Comparativamente, cursos regulares de graduação e assim de ensino superior poderiam ser ofertados pelo Ministério da Educação em ONGs; o que por sua vez, pode expor compatibilidades, visto que as despesas e o ônus do ensino superior ainda a cargo desses jovens de classes baixas podem ser melhor distribuídos por toda a estrutura fiscal que já existe nessas ONGs desonerando paulatinamente o Estado brasileiro e os jovens dos compromissos financeiros neste importante processo de formação.

## **Referências bibliográficas**

FREUD, S. (1996). *Obras Completas de Sigmund Freud*: edição standard brasileira; como comentários e notas de James Strachey; em colaboração com Anna Freud; assistido por Alix Stracey e Alan Tyson; traduzido do alemão e do inglês sob a direção geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro, Imago.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2012). Disponível em: [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br) – [http://prouniportal.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/artigo\\_program\\_prouni.pdf](http://prouniportal.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/artigo_program_prouni.pdf)

PNUD (2012). *Inovar para Incluir: Jovens e desenvolvimento. Inovar para incluir: jovens e desenvolvimento humano*. Disponível em: [http://www.pnud.org.br/pobreza\\_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3371&lay=pde](http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3371&lay=pde)